

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ 33.000.118/0001-79 - NIRE 33 300 15258-0

ATA DA 450ª REUNIÃO DE DIRETORIA REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2017. 1. DATA, HORA E LOCAL DA REUNIÃO: Aos 04 (quatro) dias do mês de outubro de 2017, às 09h30min, na sede social da Telemar Norte Leste S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), na Rua do Lavradio, nº 71, 2º andar, Centro - Rio de Janeiro (RJ). **2. PRESENCAS:** Presente a totalidade dos Diretores da Companhia, a saber: os Srs. Marco Norci Schroeder, Eurico de Jesus Teles Neto e Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão. Presente, ainda, o Sr. Arthur José Lavatori Correa, na qualidade de Secretário. **3. MESA:** Como Presidente, o Sr. Marco Norci Schroeder e, como Secretário, o Sr. Arthur José Lavatori Correa. **4. ORDEM DO DIA:** Renúncia do Diretor de Finanças e designação de substituto. **5. DELIBERAÇÕES:** Iniciada a reunião, os Diretores indicaram o Sr. Arthur José Lavatori Correa para secretariar os trabalhos. Em seguida, tendo em vista o recebimento da carta de renúncia do Sr. Ricardo Malavazi Martins ao cargo de Diretor de Finanças da Companhia no dia 02 de outubro de 2017, os Diretores, na forma do art. 22, parágrafo 3º, do Estatuto Social, decidiram designar o Diretor Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão para cumular a função vaga de Diretor de Finanças, interinamente, até que a acionista delibere a respeito em Assembleia Geral, ficando ratificados todos os atos eventualmente já praticados pelo Sr. Carlos Brandão na qualidade de Diretor de Finanças desde o dia 02 de outubro de 2017. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, dos quais, para constar, lavrou-se esta ata, que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Assinaturas: Presidente da Mesa (Marco Norci Schroeder); Secretário (Arthur José Lavatori Correa); Diretores (Marco Norci Schroeder, Eurico de Jesus Teles Neto, e Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão). A presente certidão é cópia fiel da ata original, lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 04 de outubro de 2017. **Arthur José Lavatori Correa** - Secretário. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Certifico o arquivamento em 24/10/2017 sob o nº 3106461. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

Id: 2077286

PORTA DOS FUNDOS PRODUTORA E DISTRIBUIDORA AUDIOVISUAL S.A.
CNPJ/MF 17.227.558/0001-07 - NIRE 33.3.0032223-0

Ata de RCA realizada em 27/10/2017. 1. Data, Hora e Local: 27/10/2017, às 10h, na sede da Porta dos Fundos Produtora e Distribuidora Audiovisual S.A., sociedade por ações, localizada na Cidade e Estado do RJ, na Rua Assunção, nº 49, Botafogo, CEP 22251-030 ("Cia"). **2. Convocação:** As formalidades de convocação foram dispensadas em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Cia., nos termos do art. 14, § 1º, do Estatuto Social da Companhia. **3. Presença:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **4. Mesa:** **Presidente:** Sr. Juan Carlos Acosta; e **Secretário:** Sr. Antonio Pedro Osorio Tabet. **5. Ordem do Dia:** Analisar e deliberar (i) nos termos do inciso XI do Art. 15 do Estatuto Social da Cia., sobre a alteração do exercício social da Cia., com a consequente modificação do art. 24 de seu Estatuto Social; e (ii) nos termos do inciso VI do Art. 15 do Estatuto Social da Cia., sobre a aprovação do orçamento para o exercício social de 2018. **6. Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, a totalidade dos membros presentes do Conselho de Administração deliberou, por unanimidade: **6.1. Exercício Social.** Aprovar a proposta, a ser submetida à apreciação da Assembleia Geral, de alteração do exercício social da Cia., atualmente com início em 1º/01 de cada ano e término em 31/12 de cada ano, para que passe a ter início em 1º/10 de cada ano e encerramento em 30/09 de cada ano subsequente. Caso aprovada a proposta pela Assembleia Geral, o Art. 24 do Estatuto Social deverá ser alterado para refletir tal deliberação. **6.2. Orçamento de 2018.** Aprovar o orçamento da Cia. para o exercício social de 2018, nos termos do **Anexo I** à presente ata, o qual ficará arquivado na sede da Cia.. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e assinada por todos os presentes. **8. Certificado:** O presidente e o secretário atestam que esta é uma cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **9. Assinaturas:** Mesa: Presidente, Sr. Juan Carlos Acosta; e Secretário, Sr. Antonio Pedro Osorio Tabet. Membros do Conselho de Administração Presentes: Juan Carlos Acosta - Presidente, Bryan Schiller, Carla Faria Westphal, Antonio Pedro Osorio Tabet e Fábio Porchat de Assis. RJ, 27/10/2017. Antonio Pedro Osorio Tabet - **Secretário.** JUCERJA 3132551 em 20/12/2017. Bernardo F.S. Berwanger - Secretário Geral.

Id: 2077213

NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE S.A. - NTS
CNPJ 04.992.714/0001-84 / NIRE 33.3.0026999-1

Ata de Assembleia Geral Extraordinária. Data, Hora e Local. Aos 11 dias do mês de setembro do ano de 2017, às 18 horas, na sede da Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS ("Cia."), localizada na Praia do Flamengo, 200/23º, Flamengo, CEP 22210-901, RJ/RJ. **Convocação e Presença.** Compareceram as acionistas representando a totalidade do capital social da Cia., conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas. A convocação da Assembleia foi dispensada tendo em vista a presença das acionistas representando a totalidade das acionistas da Cia., nos termos do Art.124, §4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.'s"). **Mesa.** A Assembleia foi presidida pelo Sr. Benjamin Vaughan, que convidou o Sr. Fernando Ziziotti para secretariar os trabalhos. **Ordem do Dia.** (i) a alteração da sede da Cia. com a subsequente reforma e consolidação de seu Estatuto Social; (ii) a eleição de membros suplentes do Cons. de Adm. da Cia.; (iii) a ratificação da eleição dos membros do Cons. Fiscal eleitos em 4/04/2017 até a AGO de 2018; (iv) a alteração do prazo das Debêntures e, consequentemente, da Data de Vencimento das Debêntures; (v) a alteração da tabela de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme a Cláusula 4.19 do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures da Cia. ("Escritura de Emissão"); (vi) a alteração da data de pagamento dos Juros sobre as Debêntures, conforme a Cláusula 4.20 da Escritura de Emissão; e (vii) a autorização para a Cia. celebrar o Segundo Aditamento à Escritura de Emissão. **Deliberações.** O Presidente declarou instalada a Assembleia, tendo em vista a comprovação da existência do quórum legalmente exigido. Primeiramente, as acionistas examinaram os itens constantes da ordem do dia e aprovaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, lavrar a presente ata sob a forma sumária, nos termos do Art.130, §1º, da Lei das S.A.'s. Dando seguimento aos trabalhos, as acionistas tomaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas: (i) a alteração da sede da Cia. para a Praia do Flamengo, 200/23º, Flamengo, CEP 22210-901, RJ/RJ, passando o Estatuto Social a vigorar, a partir da presente data, com a redação constante do **Anexo I** da presente ata; (ii) em estrito cumprimento ao Acordo de Acionistas da Cia., foram eleitos, para um mandato de 1 ano, em conformidade com os dispositivos do Estatuto Social, os seguintes membros suplentes do Cons. de Adm.: Luiz Ricardo de Bitencourt Souza Renha, brasileiro, casado, engenheiro químico, CI 3.234.380, - IFPP/RJ e CPF 299.053.207-25, com endereço profissional na Av. S-E PAA 10448/PAL 40481, 200, Bl.2, Salas 201 a 204 e 301 a 304, Jacarepaguá, CEP 22775-028, RJ/RJ, Brasil, o qual servirá como suplente dos conselheiros Benjamin Michael Vaughan, Marcos Pinto Almeida, Fernando Bernardes Boniolo Ziziotti e Carlos David Castro; e Frederico de Souza Queiroz Pascowitch, brasileiro, casado, administrador, CI 30.913.156 SSP-SP, CPF 310.154.298-74, com endereço profissional na Av. Paulista, 1938, 19º andar, SP/SP, Brasil, o qual servirá como suplente do conselheiro Henri Penchas. Os membros suplentes do Cons. de Adm. ora eleitos tomarão posse em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse a serem lavrados no Livro de Registro de Atas de Reuniões do Cons. de Adm. da Cia., e declararão que cumprem os requisitos previstos no

Acordo de Acionistas arquivado na sede da Cia., bem como têm ciência do disposto no Art.147 da Lei das S.A.'s e, sob as penas da lei, não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Cia., ou foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (iii) foi aprovada a ratificação da eleição dos seguintes membros do Cons. Fiscal, considerando-se reeleitos até a próxima AGO da Cia., a se realizar em 2018: (a) os seguintes membros titulares do Cons. Fiscal: Joana Carvalho de Marsillac, brasileira, solteira, advogada, com endereço profissional na Av. Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, 200, Edifício Pacific Tower, Bl.2, 2º e 3º ands, salas 201 a 204 e 301 a 304, Jacarepaguá, Cidade do RJ/RJ, RNE nº V579501-F e Luís Eduardo Queiroz Castello, brasileiro, casado, analista de sistemas, com endereço profissional na Av. República do Chile, nº 65, Centro, Cidade do RJ/RJ, CI 0615888-3 - IFPP/RJ, e CPF/MF sob o nº 771.503.767-20; e (b) o respectivo membro suplente do Cons. Fiscal: Wilson Rodolfo de Souza Gomes, brasileiro, casado, economista, domiciliado na Av. Coronel Eurico de Souza Gomes Filho, 515, 301, Jardim Oceânico, RJ/RJ, CI 588320 - SSP/ES, e CPF/MF sob o 903.753.437-68, o qual servirá como suplente do conselheiro Luís Eduardo Queiroz Castello, nos termos do Estatuto Social da Cia.; (iv) foi aprovada a alteração do prazo das Debêntures, de 111 meses, para 110 meses e 11 dias, com a consequente alteração da Data de Vencimento das Debêntures para 11/06/2026; (v) foi aprovada a alteração da tabela de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme a Cláusula 4.19 da Escritura de Emissão, ficando o Valor Nominal Unitário das Debêntures sujeito a amortização a partir do 12º mês contado a partir de 30/03/2017, conforme nova tabela abaixo:

Ano	Data de Referência	% do Principal	Ano	Data de Referência	% do Principal
	30/03/2017				
Ano 1	31/03/2017	-	Ano 6	11/03/2022	2.50%
Ano 1	30/06/2017	-	Ano 6	13/06/2022	3.00%
Ano 1	12/09/2017	-	Ano 6	13/09/2022	3.00%
Ano 1	12/12/2017	-	Ano 6	13/12/2022	4.00%
Ano 2	13/03/2018	0.25%	Ano 7	13/03/2023	5.50%
Ano 2	12/06/2018	1.50%	Ano 7	13/06/2023	6.00%
Ano 2	11/09/2018	1.50%	Ano 7	12/09/2023	6.50%
Ano 2	11/12/2018	1.50%	Ano 7	12/12/2023	7.00%
Ano 3	12/03/2019	1.75%	Ano 8	12/03/2024	7.00%
Ano 3	11/06/2019	1.75%	Ano 8	11/06/2024	7.00%
Ano 3	11/09/2019	1.75%	Ano 8	11/09/2024	7.00%
Ano 3	11/12/2019	1.75%	Ano 8	11/12/2024	4.00%
Ano 4	11/03/2020	1.75%	Ano 9	11/03/2025	3.00%
Ano 4	12/06/2020	1.75%	Ano 9	11/06/2025	3.00%
Ano 4	11/09/2020	1.75%	Ano 9	11/09/2025	3.00%
Ano 4	11/12/2020	1.75%	Ano 9	11/12/2025	1.00%
Ano 5	11/03/2021	2.00%	Ano 10	11/03/2026	0.50%
Ano 5	11/06/2021	2.00%	Ano 10	11/06/2026	0.25%
Ano 5	13/09/2021	2.00%			
Ano 5	13/12/2021	2.00%			

(vi) foi aprovada a alteração da data de pagamento dos Juros sobre as Debêntures, conforme a Cláusula 4.20 da Escritura de Emissão, devendo o referido pagamento ser realizado no 11º dia dos trimestres seguintes ao pagamento de Juros já realizado em 30/06/2017, nas datas contidas na tabela abaixo. Em cumprimento à Cláusula 6.7.1 da Escritura de Emissão, as deliberações dos itens (iv), (v) e (vi) estão sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Debenturistas; e

Ano	Data de Pagamento de Juros	Ano	Data de Pagamento de Juros
Ano 1	30/03/2017	Ano 6	11/03/2022
Ano 1	30/06/2017	Ano 6	13/06/2022
Ano 1	12/09/2017	Ano 6	13/09/2022
Ano 1	12/12/2017	Ano 6	13/12/2022
Ano 2	13/03/2018	Ano 7	13/03/2023
Ano 2	12/06/2018	Ano 7	13/06/2023
Ano 2	11/09/2018	Ano 7	12/09/2023
Ano 2	11/12/2018	Ano 7	12/12/2023
Ano 3	12/03/2019	Ano 8	12/03/2024
Ano 3	11/06/2019	Ano 8	11/06/2024
Ano 3	11/09/2019	Ano 8	11/09/2024
Ano 3	11/12/2019	Ano 8	11/12/2024
Ano 4	11/03/2020	Ano 9	11/03/2025
Ano 4	12/06/2020	Ano 9	11/06/2025
Ano 4	11/09/2020	Ano 9	11/09/2025
Ano 4	11/12/2020	Ano 9	11/12/2025
Ano 5	11/03/2021	Ano 10	11/03/2026
Ano 5	11/06/2021	Ano 10	11/06/2026
Ano 5	13/09/2021		
Ano 5	13/12/2021		

(vii) foi aprovada a celebração, pela Cia., do Segundo Aditamento à Escritura de Emissão. **Encerramento.** Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata, a qual, após lida, foi considerada conforme, sendo assinada pelo Presidente da Assembleia, pelos representantes das acionistas e pelo Secretário. O Presidente, encerrando os trabalhos, agradeceu a presença de todos. Acionistas Presentes: (a) Nova Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia; (b) Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras; e (c) Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. Certifico que a presente ata é cópia fiel daquela que se acha transcrita no livro próprio. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 2017. Assinaturas: Presidente - Benjamin Vaughan; Secretário - Fernando Ziziotti. **JUCERJA.** Certifico que este documento foi arquivado na JUCERJA sob o nº 00003102214 em 17/10/2017. Bernardo F.S. Berwanger - Secretário Geral. **ESTATUTO SOCIAL.** **Cap. I - da denominação, sede, objeto e duração** - Art.1º: "Sob a denominação de Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS ("Sociedade"), fica constituída uma sociedade anônima, que se regerá pelo disposto neste Estatuto, pelas disposições legais aplicáveis e por qualquer acordo de acionistas arquivado na sede da Sociedade ("Acordo de Acionistas"), conforme previsto em lei. **Art.2º** - A Sociedade tem sua sede e foro na Praia do Flamengo, 200/23º, Flamengo, CEP: 22210-901, RJ/RJ, podendo abrir filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante resolução da Diretoria. **Art.3º** - A Sociedade tem por objeto a construção, instalação, operação e manutenção de gasodutos na região Sudeste do Brasil (os "Gasodutos"), bem como das instalações correspondentes, visando exclusivamente atender ao transporte de gás natural através dos Gasodutos. **Art.4º** - A Sociedade terá prazo de duração indeterminado. **Cap. II - Capital Social** - **Art.5º** - O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 2.312.328.578,00, representado por 2.312.328.578 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00 cada. **§1º** - Os acionistas têm preferência para a subscrição das ações do capital na proporção das ações já possuídas anteriormente, observado o disposto no Acordo de Acionistas. **§2º** - A subscrição de ações do capital para integralização a prazo fica sujeita ao pagamento inicial previsto na forma da lei, devendo o saldo ser pago nas condições fixadas pela Assembleia Geral de Acionistas, com anuência prévia do Cons. Fiscal, se em funcionamento. **Art.6º** - Cada ação ordinária nominativa corresponderá a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais dos

Acionistas. **Art.7º** - A Cia. não possui partes beneficiárias em circulação e não poderá emitir partes beneficiárias. **Cap. III - Da Administração** - **Art.8º** - A sociedade será administrada por um Cons. de Adm., com funções deliberativas e por uma Diretoria Executiva. **§1º** - A remuneração de todos os membros do Cons. de Adm., de Diretores e membros do Cons. Fiscal, bem como alterações dessas remunerações e benefícios da administração serão estabelecidos pela Assembleia Geral. **§2º** - Os membros do Cons. de Adm. (incluindo os suplentes) e Diretores da Sociedade serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse, nos livros de Atas de Reuniões do Cons. de Adm. e Atas de Reuniões da Diretoria, respectivamente, em que deverão reconhecer a existência do Acordo de Acionistas e de sua obrigação de cumprir tal acordo. **§3º** - Em caso de impedimento temporário ou ausência, o membro do Cons. de Adm. temporariamente impedido ou ausente será automaticamente substituído por um membro suplente durante o período de sua ausência. Cada suplente somente poderá substituir no máximo um membro titular do Cons. de Adm. temporariamente impedido ou ausente por reunião. **§4º** - Em caso de destituição, renúncia, substituição, impedimento permanente ou qualquer outro evento que resulte na vacância do cargo de qualquer dos membros do Cons. de Adm., um suplente deverá substituí-lo e deverá ser automaticamente investido em seu cargo até que outro seja eleito para assumir o cargo do membro substituído. **§5º** - Quando findo o mandato, os membros do Cons. de Adm. ou os Diretores permanecerão no cargo até a posse do substituto. **Cap. IV - do Conselho de Administração** - **Art.9º** - O Cons. de Adm. da Cia. será composto por 10 membros titulares e seus respectivos suplentes, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 1 ano, admitida a reeleição. **Art.10** - O Cons. de Adm. é o órgão de orientação e direção superior da Cia.. **Art.11** - As seguintes matérias estão sujeitas a aprovação pelo Cons. de Adm., observadas quaisquer especificidades que possam exigir que a matéria seja aprovada pela Assembleia Geral: I - fixar as diretrizes gerais da Sociedade, sua missão, visão, princípios e objetivos estratégicos; II - aprovar o plano de negócios; III - aprovar o plano estratégico, o plano plurianual, o plano anual investimentos/desinvestimentos, o orçamento anual da Sociedade e alterações a estes, observada a opinião do Cons. Fiscal, conforme exigido pela legislação aplicável; IV - definir as políticas gerais da Sociedade, inclusive aquelas relacionadas à operação e manutenção (O&M); V - alterações relevantes nas práticas e políticas contábeis da Sociedade; VI - aprovar ou alterar os regimentos internos do Cons. de Adm. e seus Comitês; VII - convocar Assembleias Gerais; VIII - definir o número, eleger e destituir os Diretores e definir suas competências; IX - fiscalizar os Diretores, individualmente, inclusive examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e documentos da Sociedade e de suas controladas, solicitando informação com relação aos contratos celebrados ou a serem celebrados e quaisquer outros atos; X - emitir opiniões a respeito do relatório e das contas da administração apresentados pela Diretoria bem como das demonstrações financeiras anuais e propor a alocação do lucro da Sociedade para cada exercício fiscal; XI - examinar os resultados trimestrais da Sociedade; XII - declarar dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio, os quais podem corresponder ao valor mínimo obrigatório, a conta de lucro acumulado ou lucro alocado em reservas, com base em demonstrações financeiras levantadas anual, semianual, trimestralmente ou em período inferior, sujeito às limitações legais; XIII - contratar e dispensar auditores independentes da Sociedade observado o disposto no Acordo de Acionistas; XIV - definir as atribuições dos auditores independentes, os quais não poderão prestar serviços de consultoria para a Sociedade durante o prazo do respectivo contrato; XV - autorizar a aquisição pela Sociedade de ações emitidas pela Sociedade e mantidas em tesouraria para futuro cancelamento ou alienação; XVI - outorga de opções de compra de ações para seus administradores e empregados, bem como administradores e empregados de outras Cias. que sejam direta ou indiretamente controladas pela Sociedade, sem outorgar direito de preferência aos acionistas, nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral; XVII - autorizar a contratação de empréstimos ou financiamentos pela Sociedade que sejam garantidos por seus bens e ativos em montante, por operação ou série de operações, que exceda R\$ 50.000.000,00 (corrigidos pelo IGPM); XVIII - autorizar a celebração de instrumentos, contrato e acordos que criem ônus, obrigações ou compromissos para a Sociedade de realizar desembolsos de capital no montante, por operação ou série de operações, que excedam R\$ 250.000.000,00 (corrigidos pelo IGPM), exceto por despesas ou desembolsos de capital (i) estabelecidos no orçamento anual aplicável, (ii) incorridos no curso normal dos negócios, (iii) previstos no plano para a correção da corrosão ou fissuração por desgaste de ativos da Sociedade, (iv) incorridas em antecipação a uma Situação Emergencial ou de Desastre com a intenção de preveni-la, ou (v) incorridas em decorrência de uma Situação Emergencial ou de Desastre com o objetivo de mitigar qualquer efeito adverso resultante de tal situação. **"Situação Emergencial ou de Desastre"** significa qualquer situação que represente uma imediata ou iminente ameaça à segurança das pessoas ou propriedades ou à capacidade da Sociedade de cumprir com suas obrigações relativas à obrigação de manutenção da segurança de fornecimento de material de acordo com as leis e regulamentações ambientais e de saúde; XIX - autorizar a aquisição, alienação, cessão, outorga de opção ou qualquer outra forma de transferência de propriedade, ativos, direitos ou negócios pela Sociedade em montante, por operação ou série de operações, que exceda R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) (corrigidos pelo IGPM); XX - autorizar a contratação de serviços em montante, por operação ou série de operações, inclusive de contratos de O&M que exceda R\$ 50.000.000,00 (corrigidos pelo IGPM); XXI - autorizar a venda ou oneração de propriedade em montante, por operação ou série de operações, que exceda R\$ 50.000.000,00 (corrigidos pelo IGPM); XXII - autorizar a outorga de garantia real ou garantia pessoal de qualquer natureza pela Sociedade em montante, por operação ou série de operações, que exceda R\$ 50.000.000,00 (corrigidos pelo IGPM); XXIII - autorizar a contratação de financiamentos ou empréstimo sem garantia sobre bens ou ativos da Sociedade em montante, por operação ou série de operações, que exceda R\$ 50.000.000,00 (corrigidos pelo IGPM); XXIV - autorizar qualquer ato que implique na renúncia de direitos da Sociedade; XXV - definir as condições gerais e autorizar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Sociedade e: (a) qualquer controlada, controladora ou sociedade sob controle comum, diretor, conselheiro, administrador ou empregado de um acionista, seus sócios ou acionistas; (b) sociedades controladas por Diretores ou membros do Cons. de Adm.; e (c) qualquer outra sociedade com a qual qualquer pessoa física ou jurídica mencionada nos itens "a" e "b" acima seja parte do grupo de fato ou por direito; XXVI - autorizar a assinatura ou a alteração de qualquer contrato de transporte de gás; XXVII - revisão, a qualquer tempo, de qualquer matéria relacionada aos negócios da Sociedade e suas controladas, joint venture, consórcios ou sociedades nos quais a Sociedade participe que não seja exclusivamente de competência da Assembleia Geral; XXVIII - aprovar a aquisição, o aumento, a redução, a cessão ou a transferência de participação da Sociedade, suas subsidiárias e controladas em quaisquer outras Cias.s, consórcios, sociedades ou joint ventures, no Brasil ou no exterior; XXIX - aprovar as instruções de voto da Sociedade com relação às assembleias gerais das subsidiárias, joint venture, consórcios ou sociedades nos quais a Sociedade participe; XXX - definir a estratégia geral a ser adotada pela Sociedade, suas subsidiárias e controladas, joint venture, consórcios ou sociedades nos quais a Sociedade participe em Assembleias Gerais das sociedades nas quais sejam acionistas ou sócias; XXXI - monitorar a administração direta ou indireta das sociedades afiliadas; XXXII - deliberar sobre planos de carreira, salários, vantagens, benefícios dos empregados e dos administradores da Sociedade, inclusive com relação à participação nos lucros; XXXIII - deliberar sobre a reformulação, alteração ou aditamento dos acordos de acionistas ou contratos de consórcio de sociedades ou consórcios nos quais a Sociedade participe e, ainda, com relação à celebração de novos acordos e contratos de consórcio; XXXIV - deliberar, dentro do limite autorizado de capital, sobre a emissão de ações, debêntures não conversíveis ou garantias, bem como com relação ao preço de emissão, forma de